

Editorial

Nesta edição, você vai entender as propostas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). A Educação Profissional é uma das principais ações do PDE, que traz propostas para os próximos 15 anos. Entre algumas medidas que serão implantadas pelo governo estão a ampliação das escolas técnicas da rede federal para o interior do país e a formação de alunos e professores do ensino técnico de nível médio, que poderá ser feita à distância. Além disso, o Plano propõe a alteração de dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para assegurar o ensino técnico de nível médio na modalidade integrada e o Projea (Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

Como prometido na edição passada, o primeiro eixo da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá em Brasília entre os dias 14 e 18 de novembro, foi abordado em uma matéria na seção Especial. Nela, você saberá como o Conselho Nacional de Saúde estruturou a discussão sobre o tema 'Desafios para a Efetivação do Direito Humano à Saúde no Século XXI: Estado, Sociedade e Padrões de Desenvolvimento' e como as Escolas Técnicas do SUS podem contribuir no debate.

A seção Gestão da Educação conta como foi o Encontro Nacional da Educação Profissional em Gestão para o SUS, realizado nos dias 18 e 19 de junho na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), no Rio de Janeiro. Nesses dois dias, todas as ETSUS discutiram, junto com

os gestores estaduais, o perfil do profissional de nível médio da área de gestão.

Você vai ler também matérias sobre os dois principais eventos para a área da saúde que aconteceram no mês de julho: o XXIII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, realizado em Joinville (SC), e o Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde, conhecido como Abrasquinho, realizado em Salvador (BA). No primeiro, os participantes puderam conhecer um pouco mais sobre a RET-SUS no nosso estande, que tinha material sobre as Escolas da Rede e foi visitado, inclusive, pelo ministro da saúde. No Abrasquinho, as ETSUS da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS participaram de uma oficina pré-congresso: 'Cooperação Internacional no Continente Africano: fortalecimento e ampliação da formação de técnicos em saúde', promovida pela EPSJV em parceria com o Ministério da Saúde, a Opas e a Afro (representação da OMS na África).

Na seção Perfil, um pouco mais sobre a história de duas ETSUS. A Escola Técnica do Sistema Único de Saúde de São Paulo comemorou cinco anos de atividades com uma festa em sua sede, na capital paulista. Já a ETSUS Tocantins inaugurou seu novo espaço. Além disso, essa edição conta ainda com as notícias sobre os cursos das Escolas da Rede, no Aconteceu nas ETSUS.

Achou muita coisa? É que a Revista RET-SUS ganhou mais quatro páginas. Agora você terá mais informações todo mês.

Boa leitura.

Renata Reis

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Ao mesmo tempo em que lhes cumprimento, parabeno a matéria 'Alunos lutam por tratamento bucal de qualidade para pacientes surdos'. Como cirurgião dentista sanitaria, lembro que, quando clinicava, tinha enormes dificuldades no atendimento odontológico a pacientes portadores de necessidades especiais, particularmente surdos e deficientes visuais. Entender a linguagem do surdo em muito facilita os procedimentos, relacionamento com o paciente, diagnóstico, tratamento e bom prognóstico.

Jair Cesar de Miranda Coelho

Olá, amigos da Revista RET-SUS! Estou escrevendo para elogiar a qualidade das matérias publicadas na Revista, em especial a do mês de abril, e para informar que estou recebendo dois exemplares mensais da revista. Assim peço, encarecidamente, que reparem esse pequeno erro para que outra pessoa possa ser agraciada com essa excelente publicação.

Francisco Moura Pessoa Paiva
Ererê-CE

Quero parabenizar toda a equipe da Revista RET-SUS pelo trabalho maravilhoso de mostrar os acontecimentos do Programa de Saúde da Família. Sou agente comunitária de saúde do povoado São João da Mata, dei uma olhada na Revista e gostei muito. Gostaria de receber a publicação para melhorar os meus conhecimentos sobre o meu trabalho.

Deusirene Alves da Silva
Governador Luiz Rocha - MA

Encontro Nacional da Educação Profissional discute perfil do técnico

ETSUS sugerem conteúdos para uma diretriz curricular

A gestão do SUS hoje reúne, principalmente, profissionais da área de administração. Mas, geralmente, esses trabalhadores não se sentem parte do SUS nem entendem como o sistema de saúde público funciona. Por isso, um novo profissional está sendo requisitado para dar conta dessa demanda: o técnico de gestão, que ainda não é reconhecido oficialmente como uma profissão do SUS, mas já é formado por quatro Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) e foi tema do Encontro Nacional da Educação Profissional em Gestão para o SUS, que aconteceu nos dias 18 e 19 de junho, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Organizado pelo Laboratório de Gestão (Labgestão) da EPSJV, o evento é fruto de um projeto de pesquisa aprovado na Primeira Chamada Pública para Apoio a Eventos Científicos, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit/MS). Participaram do evento um representante de cada ETSUS e um gestor de cada estado do país, além de estudantes e pesquisadores da área da saúde. A pesquisadora do Labgestão Francini Guizardi explicou o objetivo do Encontro: “Queremos descentralizar a oferta dos cursos de gestão e a elaboração do material didático. E é fundamental que esse trabalho seja feito em rede, com a participação de todas as ETSUS”, disse, completando. “Nesse Encontro, queremos identificar os desafios da gestão do SUS e entender as características desse profissional que queremos formar”.

Perfil do trabalhador da gestão

Para responder à pergunta proposta pelo Encontro, ‘de que trabalhador o SUS precisa?’, Márcia Andriolo, representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e secretária municipal de Saúde de Vila Velha (ES), lembrou das diferentes realidades do Brasil. “Nós temos mais de 5 mil municípios. Por isso, é impossível pensar num único trabalhador



Mesa discute educação em gestão

para o país inteiro. Mas sabemos que precisamos de um profissional remunerado adequadamente e que tenha foco no usuário”, analisou. Gilson Cantarino, consultor técnico do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), concordou com ela. “Não há como traçar um perfil nacional do trabalhador da gestão. Isso deverá ser pactuado no Pacto pela Saúde, que é hoje a esperança do SUS”, disse, acrescentando que é preciso fazer um diagnóstico da necessidade de formação de trabalhadores na área de gestão. “Assim, vamos ganhar espaços e as ETSUS poderão formar trabalhadores do jeito que interessa para o SUS”, disse.

Para Pedro Barbosa, presidente da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec), é preciso pensar nos desafios que estão postos para um debate sobre gestão. O primeiro deles, segundo o professor, é a complexidade do campo da saúde. “Essa complexidade será ampliada, inclusive no âmbito da epidemiologia. Para saber qual trabalhador queremos, temos que pensar no profissional do futuro, que terão de lidar com novas modalidades de cuidado”, afirmou. Segundo ele, o trabalhador da saúde deve ter algumas características essenciais: “Incorporar a técnica e ser empoderado. Deve estar preparado para o trabalho coletivo, que agrega especialização e diferenciação”, sugeriu.

Para Emerson Merhy, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é necessário pensar se o SUS precisa de novos atores. “Quando quere-

mos novos tipos de trabalhadores, eles devem ser militantes efetivos, ou seja, misturar paixão e razão. Não estamos falando de um ator qualquer, mas sim de alguém vital para o Sistema. Estamos falando de uma aposta de que o SUS precisa ser permanentemente invadido por novos atores”, afirmou. Em relação à formação, Merhy defendeu que não é possível fazer uma aposta no SUS sem contar com os 35% dos profissionais que trabalham na área de gestão. “Não podemos abrir mão desses trabalhadores. Sabemos do desperdício que é não contar com esses profissionais que não se identificam como trabalhadores da saúde. Temos que trazê-los para o campo da saúde e, para isso, precisamos de uma formação específica. Se vamos formar profissionais de gestão de nível médio, temos que reconhecer uma produção rica nessa área. Precisamos patrimoniar o que vem sendo produzido nos serviços e esse é o desafio das ETSUS”, completou.

Formação em gestão

Mas, então, como deve ser um curso técnico de gestão? Para Lucília Machado, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o campo da gestão é interdisciplinar e, por isso, o currículo nessa área deve levar em conta essa especificidade, principalmente quando a formação se dá no âmbito dos serviços. “A Educação Profissional em Saúde envolve aspectos normativos e técnicos que precisam ser respeitados na formação. Mas é preciso não ter apenas um currículo tecnicista”, disse. A professora lembrou, ainda, que no campo de gestão atuam os profissionais de administração e que, assim, é importante definir o perfil da profissão de técnico.

Ana Lúcia Abrahão, professora titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirmou que o técnico de gestão é um profissional que transita pela administração. “Temos que pensar num currículo que circule pela

Profissional em Gestão para o SUS

técnico de gestão

Curricular nacional na área de gestão no nível médio

integralidade das ações e que seja articulado com a gestão. O técnico deve ser um sujeito que possa operacionalizar espaços de gestão. Ele precisa ter autonomia, que na prática só é dada aos profissionais de nível superior”, afirmou.

Os problemas da formação em gestão

Segundo Ena Galvão, coordenadora de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação (Deges/SGTES/MS), a área de gestão vem sendo discutida no Ministério da Saúde desde 2004, quando o Conass e a Rede de Observatório RH-IMS/UERJ realizaram um diagnóstico sobre os recursos humanos do SUS. “Alguns dos problemas apontados foram a remuneração insuficiente e a precarização dos serviços”, disse, lembrando que, na saúde, a gestão geralmente é feita por profissionais de nível superior. “Mas nesse relatório ficou claro que a maioria dos gestores não tem qualificação formal”, completou. O Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS (ProgeSUS), segundo Ena, é a política que está sendo construída pelo Ministério da Saúde para preparar pessoal para trabalhar na gestão do Sistema Único de Saúde. “O ProgeSUS tem como objetivo a colaboração técnica e financeira na execução de projetos voltados para o fortalecimento dos setores de gestão de trabalho e da educação das secretarias de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal”, explicou.

Paulo Roberto Wollinger, coordenador geral de regulação da educação tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), apresentou dados sobre a disparidade da oferta de cursos técnicos de nível médio em relação ao ensino de nível superior. “Temos 4,5 milhões de estudantes no nível superior e um total de 20 mil cursos de graduação. Já no nível técnico temos o mesmo número de cursos, mas apenas 700 mil alunos. Deveríamos ter pelo me-

nos 60 mil cursos técnicos e 5 milhões de alunos na educação profissional”, quantificou. “Isso significa que a maioria das áreas de nível médio está descoberta. Na saúde, isso acontece, por exemplo, com gestão hospitalar”, disse. Wollinger lembrou, também, que os cursos técnicos, diferentemente dos de nível superior, são regulamentados pelos Conselhos Estaduais de Educação. “O MEC está pensando em criar uma regra mínima para a aprovação desses cursos, que permita avaliar a qualidade. Temos, por exemplo, 3 mil cursos técnicos de enfermagem. Mas como esses cursos são supervisionados? Será que têm qualidade? Temos que articular todos os programas de educação profissional”, afirmou ele, adiantando que o MEC está produzindo um catálogo dos cursos técnicos.

Grupos de trabalho

Para que os participantes pudessem discutir o perfil do profissional de gestão que as ETSUS querem formar, os representantes das Escolas Técnicas do SUS foram divididos em cinco grupos. Para orientar os trabalhos estava, em cada grupo, um pesquisador do Labgestão da EPSJV e um profissional de uma das outras três ETSUS que já oferecem curso técnico de gestão – Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes (MG), Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) e Centro de Formação Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manuel da Costa Souza (Cefope/RN). A primeira questão proposta, ‘Qual modelo de gestão do sistema e dos serviços de saúde é necessário para viabilizar a implementação do Pacto de Gestão?’, foi respondida de maneira semelhante por quase todos os grupos. As ETSUS da região Norte, por exemplo, pensam que deve ser um modelo descentralizado, com uma estratégia de fixação dos profissionais nos municípios e que deve constar do organograma das Secretarias de Saúde de uma estrutura formal de gestão do tra-

balho e da educação na saúde. As Escolas do nordeste complementaram afirmando que é preciso uma gestão compartilhada, com a interação da assistência, educação, participação social e gestão.

Quando perguntados se o atual modelo de gestão é suficiente para responder às necessidades propostas pelo Pacto de Gestão, todos os grupos afirmaram que não. As Escolas da região centro-oeste falaram que há a necessidade de um modelo que democratize o ensino, dê autonomia e envolva todos os atores do SUS. Já os grupos do sudeste e do norte lembraram que é preciso elaborar um diagnóstico sobre as necessidades de estados e municípios. As ETSUS da região nordeste apontaram ainda a dificuldade de financiamento para que possam atender ao que o Pacto de Gestão propõe. Em relação ao trabalhador de nível técnico que o SUS precisaria, as Escolas disseram que ele deve estar comprometido com os princípios do Sistema, ser pró-ativo, saber fazer um diagnóstico das necessidades de cada região, participar do planejamento das ações, saber trabalhar em equipe e se sentir valorizado. Por fim, as ETSUS sugerem como estratégias para viabilizar a formação dos técnicos de gestão a definição de financiamento para o curso, a sensibilização dos gestores para a formação técnica em gestão, a qualificação dos assistentes administrativos das Secretarias, a garantia da inclusão da categoria no plano de cargos, carreiras e salários (PCCS-SUS) e a regulamentação da profissão do técnico de gestão no Ministério do Trabalho.

As propostas apresentadas pelas Escolas na plenária final serão reunidas em um relatório, que será preparado pelo Labgestão e ratificado pelas ETSUS que já oferecem o curso técnico de gestão. “Depois disso, o documento será enviado para todas as ETSUS e, a partir daí, queremos começar um processo de construção de uma proposta de formação técnica em gestão”, explica Gilberto Estrela, coordenador do Labgestão. ■

XXIII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e Educação Permanente e

Secretários municipais de saúde produziram parecer sobre a Emenda Constitucional 29

Acostumado a receber visitantes para conhecer a única filial da escola do balé Bolshoi fora da Rússia, os festivais de dança e de jazz, e a festa das flores, o município de Joinville (SC) ficou ainda mais movimentado entre os dias 27 e 30 de junho. Durante esse período, a cidade recebeu mais 1.678 visitantes – destes 680 eram secretários municipais de saúde – para o XXIII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, que foi sediado no Centreventos Cau Hansen e debateu o tema ‘Pacto pela Saúde no Brasil: avanços e desafios’. No mesmo espaço acontecia simultaneamente o IV Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência.

Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

A Gestão do Trabalho e Educação na Saúde foi discutida em uma das oficinas mais concorridas do pré-congresso. Antonio Nardi, secretário municipal de saúde de Maringá (PR) e secretário extraordinário de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Conasems, iniciou a discussão afirmando que houve aumento na contratação de trabalhadores pelos municípios brasileiros a partir de políticas como o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), apesar do limite de gastos. “Por causa da lei de responsabilidade fiscal, as contratações caíram nos níveis federal e estadual, mas aumentaram nos municípios. Cerca de 68% dos trabalhadores do SUS têm vínculo municipal. Em 1992, por exemplo, tínhamos 310.219 técnicos de enfermagem no sistema. Em 2005, foram admitidos 751.730 profissionais”, quantificou. Mas, segundo ele, o SUS ainda precisa de mais pessoal, e, para isso, é necessário que a contratação seja compromisso dos três

entes federados, como proposto no Pacto de Gestão. “O Pacto propõe um financiamento tripartite para adoção de política da força de trabalho descentralizada”, afirmou.

Para Solange Belchior, representante do segmento dos trabalhadores e membro da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos (CIRH) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), uma das conquistas mais recentes dos profissionais do SUS foi a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), no Ministério da Saúde. “A SGTES foi uma reivindicação dos trabalhadores. Queríamos que o Ministério regulasse o trabalho na saúde”, disse, lembrando que muitas pessoas têm vínculo precário com o SUS. “Existe gente contratada ilegalmente, via ONG, sem carteira assinada ou com contrato temporário. A maioria dos trabalhadores da saúde está em uma dessas situações”, afirmou.

Maria Helena Machado, diretora do Departamento de Gestão da Regulação do Trabalho em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (Degerts/SGTES/MS), afirmou que a desprecarização do SUS é prioridade do Ministério da Saúde. Para isso, foi criado o Programa Nacional de Qualificação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS (Progesus). “Queremos que a área de RH deixe de ser um Departamento de Pessoal para se tornar uma área de gestão. Para isso, vamos oferecer o Sistema Nacional de Informações em Gestão do Trabalho, o Sistema de Informação Gerencial e o Programa de Capacitação de Gestores de Gestão do Trabalho”, disse. E completou: “Hoje, em torno de 30% dos 2,5 milhões de empregos na saúde têm vínculos precarizados. Nós criamos o Comitê Nacional Interinsti-

tucional de Desprecarização, que tem uma participação ampla, ou seja, do gestor, do trabalhador, e dos ministérios da Saúde, do Trabalho e do Planejamento”, explicou, acrescentando que o Comitê encomendou, este ano, um diagnóstico sobre precarização do trabalho no Saúde da Família, que ainda será publicado. A palestrante também destacou a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS-SUS). “Hoje nem trabalhador nem gestor podem dizer que não fazem plano de carreira porque não têm diretriz nacional. O PCCS-SUS serve para todos os trabalhadores do SUS, que entrarão por concurso público, terão carreira unificada no SUS, gestão democrática e compartilhada entre trabalhadores e gestores e avaliação de desempenho profissional”, explicou, avisando que o Ministério da Saúde está constituindo uma portaria que vai criar a Comissão de Assessoramento PCCS-SUS para ajudar os entes federados a criarem seus planos. “Isso significa que nós vamos dar cursos para os municípios e estados para que os gestores aprendam a fazer o plano de cargos, carreiras e salários”, disse. Ana Estela Haddad, diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS), explicou a função do Deges. “Como princípio, buscamos a vinculação entre educação e trabalho”, afirmou, ressaltando a importância do decreto que instituiu a Comissão Interministerial de Gestão da Educação: “Para se ter uma política completa de educação na saúde é preciso envolver a ordenação por parte do Ministério da Saúde, quando ele diz qual é o perfil do profissional de que a saúde precisa, como ele deve ser formado para atender à necessidade de saúde da população, quais especialistas são necessários e

Municipais de Saúde discute Pacto pela Saúde, e Financiamento para o SUS

na carta de Joinville e uma moção para que a
seja aprovada ainda este ano

como deve ser feita a distribuição desses profissionais, respeitando a competência do MEC na avaliação do sistema educacional como um todo”.

XXIII Congresso afirma compromisso do Conasems com o Pacto pela Saúde

A cerimônia oficial de abertura do Congresso contou com a presença do ministro da saúde, José Gomes Temporão; do presidente e do vice-presidente do Conasems, Helvécio Magalhães Júnior e José Sinval; do secretário de saúde de Santa Catarina, Luiz Eduardo Cherem, representando o Conass; do secretário municipal de saúde de Joinville, Norival Silva; do presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Júnior; do prefeito de Joinville, Marco Antonio Tebaldi; do representante da Rede Gandhi e diretor de Comunicação Social do Conasems, Luiz Odorico; e do representante da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil (Opas), Diego Victória.

Helvécio afirmou que a agenda futura do Conselho vai ser pautada pelo Pacto pela Saúde e pela aprovação da Emenda Constitucional nº 29 (EC 29). “O Pacto vem humanizar o SUS. Já a EC 29 é um grande desafio para nós, que teremos que dizer claramente onde vamos alocar nossos recursos”, afirmou. O presidente do CNS, Francisco Batista Júnior, lembrou que o XXIII Congresso do Conasems estava acontecendo em um momento histórico diferenciado. “Estamos dividindo um financiamento tripartite. Esse é o momento de construirmos aquilo que falta para termos a plenitude do SUS. O Pacto é uma proposta inovadora, tem um viés revolucionário e vai melhorar o sistema”, disse.



Abertura oficial do evento conta com a presença do Ministro da Saúde

Já o ministro da saúde, José Gomes Temporão, apontou pontos que pensa serem fundamentais para dar conta das questões estruturantes da saúde. “Em primeiro lugar, para acabar com o subfinanciamento da saúde, o Ministério está terminando uma proposta de aumento de recursos para o SUS. O setor saúde deve ser olhado como um espaço de riqueza. Por isso, cada centavo colocado no SUS é um investimento. Para estruturar o SUS, é preciso também que sejam definidos protocolos claros para a compra de medicamentos de alto custo, que o controle social seja qualificado e que ousemos na colocação da saúde pública na mídia. Enfim, defendemos um sistema que se recuse a atender somente pobre. Um sistema que faz isso é pobre. Temos que defender o SUS universal. Essa é a minha luta junto com vocês”, enumerou.

Pacto pela Saúde

Todas as dimensões do Pacto pela Saúde – Pacto pela Vida, em Defe-

sa do SUS e de Gestão – foram discutidas nas mesas-redondas do Congresso. René Moreira dos Santos, do Conass, explicou o objetivo dos três pactos: “O Pacto pela Vida é um compromisso sanitário; o Pacto em Defesa do SUS é um movimento de solidariedade entre os gestores; e o Pacto de Gestão vai mostrar a responsabilidade de cada gestor, que ficará expresso no termo de compromisso, que é o resultado final de todo esse processo”, resumiu.

Em relação ao Pacto pela Vida, o professor Emerson Mehry, da Universidade de Campinas (Unicamp), disse que para entendê-lo é preciso conhecer as origens do SUS. “Quando falamos de SUS não conseguimos sustentar que ele tem uma única origem. Na realidade, o SUS é uma responsabilidade da construção de milhares de pessoas. E se não fosse assim, deixaria de existir. A identidade do conjunto dos diversos atores do SUS nos mostra que a agenda futura do sistema é complexa. Haverá disputas por diferentes formatos na saúde.

Mas essa identidade é fundamental para refletir o Pacto pela Vida”, afirmou. A secretária municipal de saúde de Amparo (SP), Aparecida Pimenta, defendeu que a concretização do Pacto pela Vida é responsabilidade de trabalhadores e gestores. “Entendo que as prioridades do Pacto pela Vida só vão se concretizar se os gestores promoverem condições para o cuidado integral e se os trabalhadores também se comprometerem com isso. Precisamos de uma reorganização do processo de trabalho”, disse.

O Pacto em Defesa do SUS é visto por Francisco Batista Júnior, presidente do CNS, como um instrumento importante para a mudança do SUS. “Ele não pode ficar entre quatro paredes. Temos a perspectiva de repolitizar o Sistema”, disse. Silvio Mendes, representante da Frente Nacional dos Prefeitos, lembrou que para defender o SUS é preciso fortalecer o controle social. O presidente do Conasems concordou: “Temos que mobilizar a sociedade para a luta pelo SUS”, disse. Para Anamaria Costa, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes/Fiocruz), municípios e estados devem adotar a saúde como uma prioridade. “Saúde é o resultado de um processo de acumulação. É fundamental que aproveitemos o Pacto para um arranjo político importante. Ele representa uma possibilidade de voltar às bases do SUS. Precisamos enfrentar as iniquidades, que sacrificam a universalidade”, disse.

A discussão sobre o Pacto de Gestão foi, sem dúvida, a que mais mobilizou os participantes do Congresso. José Veloso, do Conasems, afirmou que o Pacto de Gestão vai dinamizar o SUS. “Ele busca um compromisso dos gestores e dá autonomia aos entes federados, que têm financiamento tripartite”, falou, lembrando que os gestores receberão recursos de cinco blocos. Ana Lúcia Pereira, do Departamento de Apoio à Descentralização da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (SE/MS), reiterou que o Pacto reforça o novo caminho que o SUS está tomando. “É uma construção de um Pacto que respeite as diferenças regionais. Mas a descentralização pressupõe uma regionalização solidária e cooperativa e a organização de redes de saúde para permitir o acesso da população aos serviços”, explicou. Já Adail Rollo, da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), analisou dois grandes desafios. “É preciso usar

Ministro da Saúde visita estandes e participa da abertura do Congresso



O ministro da saúde, José Gomes Temporão, esteve presente no primeiro dia do XXIII Congresso do Conasems. Antes de sua fala na cerimônia oficial de abertura, porém, visitou todos os estandes do evento, cumprimentou todos os técnicos do SUS presentes e participou de uma entrevista coletiva. No estande do Ministério da Saúde, Temporão visitou o balcão da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) e folheou a última edição da Revista RET-SUS.

a gestão como um espaço de educação permanente. Fazer uma aliança trabalhador-gestor-usuário. O outro ponto que deve ser observado é que saúde é rede, cooperação. Temos que pensar redes em territórios com suporte logístico e de gestão. E sua estruturação deve ser a atenção primária”, afirmou.

Financiamento

A questão do financiamento permeou as discussões de todas as mesas-redondas do Congresso. A principal preocupação dos gestores municipais é a aprovação de mais recursos para a saúde. “Há um subfinanciamento global que impede a implementação real do SUS. Estamos há sete anos lutando pela aprovação da EC 29, que permitirá mais recursos para o SUS. Imaginamos mobilizar a sociedade para a luta pelo SUS”, afirmou Helvécio Magalhães. Antônio Alves Souza, do Ministério da Saúde, pensa que a aprovação da EC 29 não deve demorar. “Passados quatro anos do primeiro governo Lula, acredito que o Brasil, que hoje tem estabilidade econômica, está em condições de regulamentar a EC 29”, declarou. O deputado federal Acélio Casagrande disse, em nome do Congresso Nacional, que os parlamentares já fizeram um requerimento para colocar a Emenda na pauta em regime de urgência. Francisco Batista Júnior defendeu uma discussão ampliada sobre a aplicação do financiamento. “É preciso priorizar a atenção básica. Mas o próprio PSF precisa de estruturação”.

Encaminhamentos

No último dia do Congresso, os secretários municipais de saúde elegeram a nova diretoria para o biênio 2007-2009. A chapa ‘Conasems Unido’ foi a vencedora, reelegendo o então presidente Helvécio Magalhães Júnior. Após a votação, foi a vez de os participantes redigirem a Carta de Joinville. Do documento, além das propostas para o financiamento, a gestão do SUS, a participação do controle social e a assistência farmacêutica, também constam encaminhamentos para a Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Nesse item, os secretários municipais propõem a discussão de novos modelos de gestão como alternativa para contratação de pessoal; a realização da educação permanente; uma política de desprecarização do trabalho; a transformação do ensino de graduação e pós-graduação na área da saúde visando à formação de profissionais que atendam às necessidades do SUS; o fortalecimento da integração ensino-serviço; a implantação de uma política de serviço civil obrigatório para o SUS; entre outras. O Conasems também preparou a ‘Moção em defesa do maior financiamento da saúde’, que é destinada ao presidente da República e fala da necessidade de mais recursos para o SUS.

O próximo Congresso do Conasems será em maio de 2008, em Belém (PA). ■

Educação é destaque no Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde

Cerca de um terço dos trabalhos apresentados falaram sobre formação

Basta uma olhada rápida na programação do IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, que aconteceu entre 13 e 18 de julho em Salvador, para perceber o quanto a formação de trabalhadores para o SUS se tornou, definitivamente, uma preocupação para os pesquisadores da área. Isso porque cerca de um terço dos trabalhos apresentados no evento tratavam desse tema, nos mais diversos níveis e modalidades.

A Educação Profissional especificamente também ganhou alguns espaços. Numa oficina pré-congresso, foram discutidas estratégias de cooperação para a formação de técnicos em saúde na África. Entre os painéis, pelo menos dois debateram temas ligados diretamente à Educação Profissional: um sobre o perfil do trabalhador técnico da área da gestão e outro sobre princípios e práticas da formação técnica em vigilância em saúde. Mas houve mais espaços em que, embora não estivesse no título, esse segmento da educação acabou ganhando protagonismo. Por fim, uma das comunicações coordenadas foi inteiramente dedicada à Educação Profissional, com participação de três Escolas Técnicas do SUS — a Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco, a Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes e a EPSJV.

Depois desse panorama geral, vamos combinar o seguinte: um congresso com mais de 3 mil pessoas e trabalhos e com mesas que aconteciam ao mesmo tempo não cabe em três páginas de uma revista. Propomos, então, um roteiro curto, que contemple os temas que dizem respeito mais diretamente à área de atuação da RET-SUS, além das atividades mais concorridas.

Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

As políticas de formação do Ministério da Saúde, os processos de profissionalização e o novo perfil do tra-

balho foram alguns dos temas discutidos na mesa-redonda 'Regulação do trabalho e da educação, a distribuição de RH e a equidade em saúde'. Representando o Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS), Teresa Passarella fez uma apresentação das principais iniciativas do Ministério da Saúde na área de formação nos últimos anos. Como bons resultados já alcançados, ela destacou dados de 2005 que mostram a prevalência de empregos públicos na saúde, uma novidade em relação às informações de 1992, quando o privado estava na frente. Como estratégias que ainda precisam ser implementadas, ela citou a capacitação de avaliadores do Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), a elaboração de publicações conjuntas com o Ministério da Educação e a articulação com a Secretaria de Educação Tecnológica (Setec/MEC) para discussão dos catálogos de cursos tecnológicos.

Já a diretora do Departamento de Gestão da Regulação do Trabalho em Saúde (Degerts/SGTES/MS), Maria Helena Machado, chamou atenção para a tendência da sociedade moderna de se tornar cada vez mais profissionalizada. Anunciando que falava mais como pesquisadora do que como gestora, ela apontou como questão importante dos dias de hoje a convivência contraditória entre a multiprofissionalidade e a reserva ou demarcação dos espaços e procedimentos que são próprios de uma profissão. É por isso também, segundo a palestrante, que se especializam os fazeres: para se conseguir mais autonomia profissional e diminuir a quantidade de pessoas com quem se disputa espaço. Por fim, Maria Helena ressaltou que nenhuma profissão independe do Estado, já que é ele quem dá várias das chancelas necessárias para o exercício profissional. Mas constatou que o tratamento é diferente, dependendo da área. "O Estado não considera o sociólogo, por exemplo, uma categoria

de relevância ou utilidade pública primordial. Por isso, não tem interesse de regular essa atividade. Já na saúde, a situação é diferente", explicou.

A presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, Francisca Valda, tratou das mudanças no mundo do trabalho, explicando que esse tema não pode ser discutido sem que se pense no contexto mundial, na reestruturação produtiva e na nova divisão internacional do trabalho.

Teoria crítica, educação e saúde

Mesmo que seja difícil perceber, o pensamento de um filósofo alemão da década de 30 está muito presente nas discussões da saúde no Brasil. A afirmação é de Isabel Brasil, vice-diretora de pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, referindo-se à obra de Adorno, um dos maiores nomes da chamada Escola de Frankfurt. Durante sua fala na mesa 'Inflexões no Ensino das Teorias Críticas sobre o Trabalho e Sociedade na Saúde', ela exemplificou essa relação destacando quatro pontos do pensamento de Adorno, caracterizado como um seguidor de Marx que criticou tanto a direita quanto a esquerda de seu tempo. A primeira idéia para a qual Isabel chamou atenção foi a de educar para a emancipação — e não para o conformismo —, o que significava, para Adorno, combater o existente. A segunda diz respeito à defesa que o pensador alemão fazia de se educar para o difícil, alegando que não existe conhecimento fácil. Nesse ponto, Isabel fez referências diretas à Educação Profissional em saúde. "Há quem acredite que é preciso banalizar o conhecimento para a formação dos trabalhadores de nível médio e auxiliar. Por isso, acaba-se usando linguagem e materiais didáticos que imbecilizam os trabalhadores. É preciso entender que isso tem uma carga ideológica forte", disse, e exemplificou: "Há dez anos, inserir conteúdos de políticas de saúde no currículo de nível técnico era uma heresia. Hoje

sabemos que isso não é elitismo: é apenas o esforço de não cair na armadilha ideológica de achar que o trabalhador de nível médio não deve ter conhecimento difícil”. Seguindo a mesma linha, ela aproveitou para fazer a crítica à idéia de que o professor é um facilitador. “Para Adorno, ele é muito mais um complicador”, explicou. O terceiro ponto ressaltado pela palestrante foi a proposta de educar contra a barbárie — definida como uma época em que convivem alto desenvolvimento tecnológico e o que Isabel chamou de “ódio primitivo” e “adocimento da sociedade”. Por fim, ela falou sobre a tese de Adorno de que ‘A ideologia não mente pelo que promete, mas pelo que não pode cumprir’. A grande parcela da população que tem dificuldade de acesso à saúde e o número de crianças que não chegam à escola são, segundo ela, exemplos de promessas não cumpridas do nosso tempo.

Promessas não cumpridas pelo capitalismo poderia ser também o título de parte da fala de Gaudêncio Frigotto, professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Sobre isso, ele destacou que a ideologia liberal não deu conta de explicar, por exemplo, a relação entre indivíduo e sociedade. “Fala-se de uma suposta natureza humana sem história”, criticou. O palestrante também mencionou uma outra teoria, a neoclássica, quando lembrou que ela uniu saúde e educação para criar a idéia de capital humano, defendendo o investimento casado em treinamento e saúde do trabalhador, transformando esses dois direitos em meros serviços, quase mercadorias. Ainda assim, segundo ele, também esse pensamento deixou muita coisa sem explicação. “Os pobres não têm educação porque são pobres ou são pobres porque não têm educação?”, perguntou, para responder em seguida: “A teoria neoclássica defende a segunda alternativa, mas eu acredito no oposto: não venham me dizer que não há emprego porque falta qualificação”. Deixando claro que fazia uma provocação, Gaudêncio disse que, mais recentemente, a direita optou pelo neoliberalismo e a esquerda foi para o pós-modernismo. “É a redução da teoria pelo conservadorismo”, resumiu, para em seguida concluir defendendo a criação de uma agenda contra-hegemônica, que faça uma crítica “impiedosa” a esse ideário que mina as teorias de ensino na área da saúde.

Virgínia Fontes, professora e pesquisadora da pós-graduação em Educa-

ção Profissional em Saúde da EPSJV e da UFF, também começou sua fala defendendo que é possível resistir para construir um mundo diferente. O que dificulta essa intervenção é, segundo ela, uma complicada tendência ao pragmatismo que é cotidianamente construída, fazendo com que a reflexão geral fique sempre suspensa em função da emergência da situação. “O mundo nos vem sendo apresentado como se a maioria da população vivesse num barco naufragando: há inúmeras urgências e todas colocam em risco a vida da maior parte das pessoas”, disse, inaugurando uma metáfora que acompanhou toda a sua fala. Segundo ela, sob a lógica do pragmatismo, o capitalismo precisa produzir permanentes catástrofes seguidas do abrandamento de alguns dos seus efeitos, contando, curiosamente, com a ajuda daqueles que estão naufragando — a chamada ‘sociedade civil’, cada vez mais associada às idéias de empreendedorismo, parceria, urgência, precariedade e ausência de direitos. Para burlar essas estratégias do capitalismo, Virgínia deu continuidade à idéia de educar para o difícil — apresentada por Isabel Brasil a partir das teses de Adorno —, argumentando que é preciso pensar textos complexos com os estudantes, de todos os níveis de formação. “É nesse sentido que venho aqui defender que façamos o percurso oposto ao que vem dominando na atualidade, na qual uma ação prática urgente se desenvolve com escassa reflexão teórica (que toma muito tempo, como dizem)”, defendeu. Apresentando experiências pessoais tanto da universidade quanto de formação de nível médio (por exemplo, em grupos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), ela defendeu que os alunos possam ler, diretamente, textos considerados difíceis, como a obra de Marx que, na opinião de Virgínia, serve muito bem à compreensão da realidade atual. “Não é necessário intérprete para a leitura do pensamento crítico”, disse.

Encerrando a mesa, Madel Luz, professora e pesquisadora do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, defendeu que toda teoria é, necessariamente, crítica. “Matrizes tecnocráticas do pensamento que visam manter a ordem social não são teoria”, explicou. Ela dedicou boa parte de sua apresentação a fazer um passeio pelas diversas teorias que tentaram explicar a realidade ao longo do tempo. E concluiu dizendo que as novas teorias críticas precisam também de uma nova pedagogia.

Duas décadas de SUS

Em 2008, o Sistema Único de Saúde completa duas décadas de texto constitucional. E a Abrasco convidou Jairnilson Paim, professor-pesquisador do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Sonia Fleury, professora-pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Cebes (Centro Brasileiro de Estudos em Saúde) e Amélia Cohn, professora-pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para falarem sobre ‘A Reforma Sanitária Brasileira: 20 anos após a VIII Conferência Nacional de Saúde’.

Com cara de balanço dessas duas décadas, o debate foi inaugurado com uma pergunta provocativa de Jairnilson Paim: seria a Reforma Sanitária Brasileira (RSB) uma promessa não-cumprida pelas forças políticas que apostaram na redemocratização do país? Para responder a essa questão, ele apresentou, didaticamente, quatro categorias de reformas. Segundo ele, reforma social é aquela que transforma setores particulares; a global transforma toda a sociedade a partir de reformas parciais; revolução significa uma mudança brusca com a conquista do poder; e, finalmente, a revolução total é aquela que traz outro modo de vida. “A Reforma Sanitária Brasileira gostaria de ter chegado a mudar o modo de vida, mas é possível que tenha se limitado a uma reforma setorial”, opinou. E apontou o refluxo dos movimentos sociais na década de 90 como um dos possíveis obstáculos. “Hoje o protagonismo é dos gestores. A interlocução com o poder se faz por meio do Conass e do Conasems. Mas eles são estado e, portanto, têm demandas imediatas, não podem ser o elemento jacobino — aquele que se opõe ao conservadorismo”, explicou, questionando: “Como fazer movimentos com outros atores?”.

Para dar conta de responder perguntas parecidas com as que foram trazidas por Jairnilson, Sonia Fleury recuperou um pouco da história das lutas da Reforma Sanitária Brasileira. Ela afirmou que quem participou do movimento naquela época sabia que tratava-se de uma estratégia reformadora e não revolucionária. “Tínhamos uma proposta socialista, mas queríamos ser poder. A idéia era desfazer o que estava instituído para colocar outra coisa no lugar, com todo o risco que isso traz à força do instituinte”,

explicou. Segundo Sonia, o sucesso da Reforma Sanitária se deve, inclusive, ao fato de ter sido um movimento mais moderado, que trabalhava com a reconstituição do Estado burguês e não com a mudança radical, embora, discordando de Jairnilson, ela ache que a RSB sempre foi mais do que uma reforma setorial. E como anda esse processo hoje? Para a palestrante, um congresso como esse da Abrasco expressa, ao mesmo tempo, a manutenção da força instituída desse campo e a perda da sua capacidade instituinte. “Ele fica cada vez mais parecido com outros campos: se especializou muito, se alienou, passou a se preocupar demais com as notas da Capes”, exemplificou, completando: “O poder cobra seu preço. Temos que pensar so-

bre o quanto queremos pagar e correr o risco de perder a Reforma Sanitária Brasileira”. Mas ela apontou também questões mais específicas que servem de entrave à plena realização dos ideais da RSB. E um deles diz respeito diretamente à formação. “Não conseguimos tocar os profissionais dos serviços. Não sabemos o que esse trabalhador entende por direito e cidadania, por exemplo”, disse. Outro ponto, na opinião de Sonia, tem a ver com a necessidade de se repensar o controle social, questionando em que medida os conselhos de saúde representam de fato a população, seja usuária ou profissional. “Os conselhos hoje não discutem política, mas normas e repasses de recursos. Estão, portanto, fazendo a função de governo”, opinou. Por fim, ela

defendeu que a identidade de quem compõe o movimento sanitário com a população usuária do SUS não vai além da ideológica, porque são, em sua maioria, usuários dos serviços privados. “Se sentíssemos na pele o que essa parcela da população sente, iríamos para a rua”, disse, e propôs: “O único caminho é a radicalização da democracia. Vamos ter que incomodar os poderosos, que às vezes somos nós mesmos”.

Para Amélia Cohn, o que aconteceu foi um esgotamento da Reforma Sanitária Brasileira pelo sucesso. Seguindo a linha de Sonia, ela acha que, embora tenha contado com setores de vanguarda, o movimento virou as costas para a sociedade e se aliou com o Estado. Para sair da “retranca” e retomar a capacidade propositiva desse movimento, ela defendeu a reforma da reforma — uma expressão que foi criticada por Jairnilson e Sonia no debate, sob os argumentos de que essa idéia pode ser usada indiscriminadamente tanto pela esquerda quanto pela direita e de que ela insinua que a Reforma já tenha sido finalizada. Amélia sinalizou ainda uma substituição dos grandes temas da Reforma Sanitária por questões tecnicistas. “Confundimos universalização do acesso com ampliação da cobertura, gestão com gerência, controle social com participação social”, exemplificou, concluindo: “Esterilizamos esses conceitos, que antes eram tão prenhos de idéias emancipatórias”.

Oficina discute cooperação internacional para formação de técnicos em saúde na África



As Escolas da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS participaram, nos dias 13 e 14 de julho, da oficina ‘Cooperação Internacional no Continente Africano: fortalecimento e ampliação da formação de técnicos em saúde’, que contou com a participação de representantes de três Países Africanos de Língua Portuguesa (Palop): Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Organizada e promovida pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Organização Pan-Americana da Saúde – Brasil (Opas), Escritório Regional da OMS na África (AFRO), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde do Brasil (SGTES/MS), o objetivo da oficina foi discutir estratégias estruturantes de cooperação na área de formação de trabalhadores técnicos em saúde a partir da articulação entre as necessidades apontadas pelos países e a experiência brasileira.

O encontro começou com uma fala da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das

Relações Exteriores, sobre os marcos conceituais da cooperação internacional para o Brasil. Depois, cada Palop desenhou um panorama da sua realidade nas áreas de saúde e educação. Em seguida, foram apresentadas diferentes experiências brasileiras relativas à formação docente, produção de material didático e organização curricular, além de uma explanação sobre a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ROREHS) e sobre a RET-SUS.

A cooperação técnica com outros países na área de formação também foi tema da mesa ‘Novas fronteiras e velhos desafios na arena internacional de RH em saúde’, que teve o coordenador do Departamento de Recursos Humanos em Saúde da OMS, Mario Dal Poz — que também esteve durante toda a oficina — e o Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Francisco Campos, como debatedores. Presente em ambas as falas, estava a preocupação com a crescente migração de trabalhadores da saúde da África para outros continentes, o que torna cada vez mais urgentes as ações de cooperação demandadas ao Brasil, em especial aquelas relativas à formação de técnicos, já que os dados indicam que a migração é menor nesse nível de escolaridade do que entre os profissionais de nível superior.

Da oficina resultou uma série de recomendações para a cooperação técnica com os Palop nessa área.

Abertura e encerramento

Foram seis dias de trabalho entre as oficinas e a programação do congresso propriamente dito, que contou com pôsteres, comunicações coordenadas, painéis e grandes debates, além de muitas atividades extras. Um evento que, como quase todos os outros, mostra suas repercussões a médio e longo prazo, mas que começou e terminou com boas cobranças: primeiro, na conferência de abertura, quando o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pediu que o congresso servisse para ajudar a construir um caminho contra-hegemônico no campo da saúde; e depois, na conferência de encerramento, quando a reitora da Universidad de El Salvador, Maria Isabel Rodriguez, defendeu que se recuperem, com urgência, os ideais de Alma-Ata. ■

Plano de Desenvolvimento da Educação

Criação de novas escolas de educação profissional e educac

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) no início deste ano, estipula 39 ações para que o Brasil tenha uma educação de melhor qualidade. A principal delas, segundo o documento, é que, em 2022, ano do bicentenário da Independência, o país alcance nota seis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) levando em conta o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar. Usando essa metodologia, hoje a educação básica brasileira ganharia nota quatro – numa escala de zero a dez –, enquanto os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico ficariam com nota seis. Para isso, o governo vai investir não só na alfabetização de jovens e adultos, como em cursos à distância para formar alunos e professores e na construção de novas escolas técnicas.

Educação Profissional

A segunda etapa do projeto de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica é uma das principais ações do PDE. A primeira fase foi iniciada em 2005 – ano de revogação da lei nº 11.195, que impedia a União de criar novas escolas técnicas federais –, quando se definiu a criação de 60 novas escolas, que estão sendo implantadas em locais sem oferta de educação profissional, o que deve terminar até o final de 2007. Nessa nova etapa, que durará quatro anos, serão implantadas mais 150 escolas, que ficarão em cidades-pólo que possam potencializar o desenvolvimento da região ou próximas a arranjos produtivos locais (APLs). “Buscamos interiorizar as escolas, que poderão potencializar os APLs que já existem ou que possam vir a existir. Na verdade, a lógica da expansão é a interiorização das escolas. Para isso, fizemos um estudo técnico para escolher a localização das novas unidades federais, pensando, inclusive, em torná-las pólos que colaborem para o desenvolvimento local e regional. Essa iniciativa está de acordo com o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) porque tem a ver com investimento, ou seja, o conhecimento que o trabalhador da região adquirir na escola vai agregar valor ao

seu trabalho”, explica Jaqueline Moll, diretora da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

Segundo Jaqueline, as novas escolas não serão especializadas conforme o APL. “É preciso ficar claro que as novas unidades educacionais não vão funcionar na lógica do mercado de trabalho. Não se pode submeter o sistema educativo de um país ao mercado, que tem desejos e necessidades muito passageiras. A formação que estamos propondo é ampla. O projeto prevê a educação integral das pessoas. As escolas não serão especializadas, ou seja, elas terão diversos cursos. E, em cada um deles, além da educação profissional, o aluno aprenderá artes, esportes, ciência e tecnologia. Queremos que as pessoas se insiram no mundo do trabalho de forma plena, inclusive na perspectiva de autogestão”, diz.

Carmem Sylvia Moraes, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), acha que o projeto educacional não pode estar desvinculado de um projeto social amplo. “Por isso, penso que a educação deve estar articulada às políticas de desenvolvimento econômico local, regional e nacional; às políticas de geração de emprego e renda. Nessa perspectiva, o que o MEC está propondo é defensável”, diz, mas ressalta: “Entretanto, sem um projeto consistente de desenvolvimento econômico e social, o esforço educacional alcançará resultados irrisórios para a população e para o país. Educação não gera emprego, não promove o crescimento econômico e distribuição de renda. As circunstâncias impõem políticas públicas democráticas que enfrentem as necessidades conjunturais e, ao mesmo tempo, realizem mudanças ou reformas estruturais e promovam a superação da atual estrutura social geradora da desigualdade”, defende.

Celso Ferretti, doutor em educação e pesquisador da Fundação Carlos Chagas, concorda. “Ainda que seja sempre positivo aumentar a oferta da educação, geral ou profissional, é necessário observar cuidados para que ela faça sentido para além da questionável contribuição que possa oferecer à efetiva inserção dos egressos no mercado de trabalho. E a criação de mais



o estabelece metas para os próximos 15 anos

cação de jovens e adultos são algumas das prioridades do PDE



150 escolas em cidades-pólo, considerando os APLs, parece trabalhar com o pressuposto de que as economias locais vão absorver os alunos. Dadas as tendências pouco animadoras do mercado de trabalho nacional e internacional, considero as expectativas do Plano muito otimistas. Essas propostas parecem se articular, ainda, com as contidas nas reformas educacionais dos anos 90, nas quais a justificativa básica era o aumento da escolaridade, em especial a difusão do processo técnico, como sendo vital para a competitividade econômica do país. O investimento em educação seria, portanto, funcional ao crescimento visado, embora o discurso pretenda fazer crer que os objetivos são mais nobres”, afirma.

Jaqueline explica que o MEC sabe que a educação não vai solucionar os problemas estruturais do país. “A educação sozinha não muda um país. Mas é um elemento estratégico. É claro que não adianta o sujeito aprender um monte de coisas na escola se ele não tiver financiamento para implementar no seu trabalho o que ele aprendeu em sala de aula. Aí entram o PAC e outras políticas estratégicas, como a dos bancos de desenvolvimento. Queremos agregar valor à atividade produtiva das pessoas, dentro de uma formação integral”, diz.

Ainda no âmbito da formação de nível médio, o PDE propõe, também, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets), que deverão integrar os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, que assinarão um acordo de agregação voluntária. Depois da assinatura, as instituições farão um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado. Os Ifets passarão, então, a oferecer educação básica, profissional e superior.

Segundo o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece as diretrizes para o processo de integração das instituições federais para a constituição dos Institutos, 50% do orçamento anual destinado aos Ifets deverão ser aplicados na educação profissional técnica de nível médio, na formação inicial e continuada

de trabalhadores e na oferta de cursos do Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Para Jaqueline Moll, essa medida preserva a educação profissional. “Há uma tentação de muitas escolas da rede federal de colocar o ensino superior no centro de suas atividades. Mas nós achamos que nossa principal tarefa é a da formação técnica, sobretudo na modalidade integrada. O Ifet vem preservar as vagas dos técnicos e potencializar o trabalho da rede. Nossa idéia é que as escolas se integrem organicamente, num projeto que possa permitir, inclusive, o trânsito de alunos e professores pelas unidades. Vamos poder ter em uma escola um laboratório especializado, que outra de um mesmo estado vai poder usar também”, diz.

Para Carmem Sylvia, a criação dos Ifets como uma forma de expandir a rede federal de escolas técnicas é positiva. “Haverá um fortalecimento do ensino profissional integrado ao ensino médio regular, maior oferta da formação inicial e continuada e atividades de extensão. Mas é preciso, também, expandir as redes de ensino estaduais e municipais. A esse respeito, é fundamental considerar a questão dos recursos existentes, se contemplam as necessidades de educação e formação profissional da população brasileira”, diz.

Educação integrada e à distância

A formação de professores é uma das prioridades do MEC para impulsionar a educação básica. Mas a estratégia proposta pelo PDE é a educação à distância, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). A Universidade, além dos cursos de nível superior para os futuros docentes, vai formar também os professores que já estão em sala de aula, mas não têm graduação, e oferecer formação inicial e continuada. Os cursos da UAB são dados por instituições federais, como universidades e Cefets, em pólos de educação à distância espalhados pelo país. Em 2005, no primeiro edital da UAB, foram selecionados 49 organismos federais para realizar 704 cursos de nível superior em 291 pólos. Para 2008, o MEC vai iniciar novos cursos em 123 instituições públicas, que participaram do segundo proces-

so seletivo para a Universidade Aberta.

Segundo Celso Ferretti, um dos aspectos positivos da medida é que a formação será feita por instituições públicas. “Assim, evita-se que a iniciativa privada explore esse processo formativo, que vem suprir uma lacuna há muito tempo apontada pelo governo, que atribui os maus resultados da educação brasileira à precária formação dos professores. A generalização de atividades de formação à distância vai resolver essa deficiência. Todavia, acho que a formação de professores se faria melhor presencialmente”, diz. Já a professora Carmem Sylvia vê com cautela essa ação do PDE. “Acho equivocado pensar que a educação à distância pode viabilizar a educação para todos. Corre-se um sério risco de se criar uma modalidade de ensino pobre em conteúdos e possibilidades. Temos estudos que indicam que cursos de graduação não presenciais têm resultados pífios, pois não conseguem desenvolver os assuntos sugeridos”, explica.

A educação à distância também servirá, segundo o PDE, para a ampliação da educação profissional. A meta do Ministério da Educação é triplicar o número de alunos matriculados nos cursos técnicos. Para isso, o MEC, a partir de uma parceria entre a Setec e a Secretaria de Educação à Distância (SEED), estabelecida no Edital de Seleção nº 1/2007, vai criar uma rede com escolas públicas estaduais e municipais, que irão oferecer cursos de educação profissional à distância. Os estados e municípios podem apresentar propostas para adequação das suas escolas para essa atividade. As instituições públicas federais, estaduais e municipais que já oferecem cursos técnicos podem apresentar propostas de cursos de educação profissional concomitantes ou subseqüentes ao Ensino Médio e de Projeja, na modalidade de educação à distância.

O pesquisador Celso Ferretti pensa que desenvolver uma modalidade de ensino técnico à distância integrada com o Ensino Médio pode não resultar em algo de qualidade. “Não basta, para se fazer educação profissional de nível médio, adaptar as escolas estaduais e municipais para operarem com tecnologia digital. A educação profissional, ainda que em sentido estrito, exige equipamentos, instrumentos, oficinas, laboratórios, além de professores especificamente preparados para isso. Há, na modalidade à distância, uma banalização da relação orgânica que deve existir entre a formação geral e a profissional, quando o pretendido é a efetiva relação teoria e prática, conforme o que estabelece o Decreto nº 5154/04, que exige mais do que a formação técnica. E isso depende muito da relação próxima entre professor e aluno”, defende.

Jaqueline Moll explica que a educação à distância foi pensada para que mais

pessoas possam ser qualificadas. “Vamos utilizar centros tecnológicos que permitam acesso à internet e que terão monitores. Além disso, teremos unidades móveis para transitar pelo país com os laboratórios necessários para os cursos técnicos. Essa modalidade é importante para avançarmos na ampliação da oferta do ensino médio integrado à educação profissional. Hoje, a oferta do ensino médio público é aquém do necessário. São nove milhões de matrículas e, destas, apenas 750 mil são no ensino integrado, concomitante ou subseqüente. Temos que chegar, no mínimo a quatro milhões de matrículas no ensino técnico de nível médio”, diz. E avisa: “Mas vamos manter a mesma qualidade dos cursos presenciais. Todos eles serão escolhidos através de uma chamada pública. Além disso, faremos um grande investimento para levar a educação a lugares onde não chegaríamos presencialmente num curto e médio prazo”.

O Edital também prevê a formação continuada de professores da educação profissional de nível médio à distância; a participação de docentes em projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais na área de formação inicial e continuada de professores de educação profissional; e a formação de professores para trabalhar com educação profissional de nível médio. Segundo o texto do Edital nº 1, todos os cursos de educação profissional à distância integram os programas de formação continuada dos professores da educação básica.

Jovens e Adultos

O PDE quer, junto com a ampliação do acesso de jovens e adultos à educação profissional, rever uma dívida antiga com essas pessoas: a alfabetização. Para que os analfabetos com 15 anos ou mais possam chegar a cursar o Projeja (Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), o MEC redesenhou o Programa Brasil Alfabetizado, que dará prioridade à formação de jovens e adultos e será feita por professores majoritariamente da rede pública de ensino. Nos novos moldes do Programa, estabelecidos pelo Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, os primeiros a serem atendidos serão os estados e municípios com maiores índices de analfabetismo, considerando o Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a obtenção de recursos financeiros e assistência técnica, estados, municípios e Distrito Federal terão que elaborar um Plano Plurianual de Alfabetização contendo as metas de formação de jovens e adultos.

Os entes federados selecionados para dar início ao programa de alfabetização

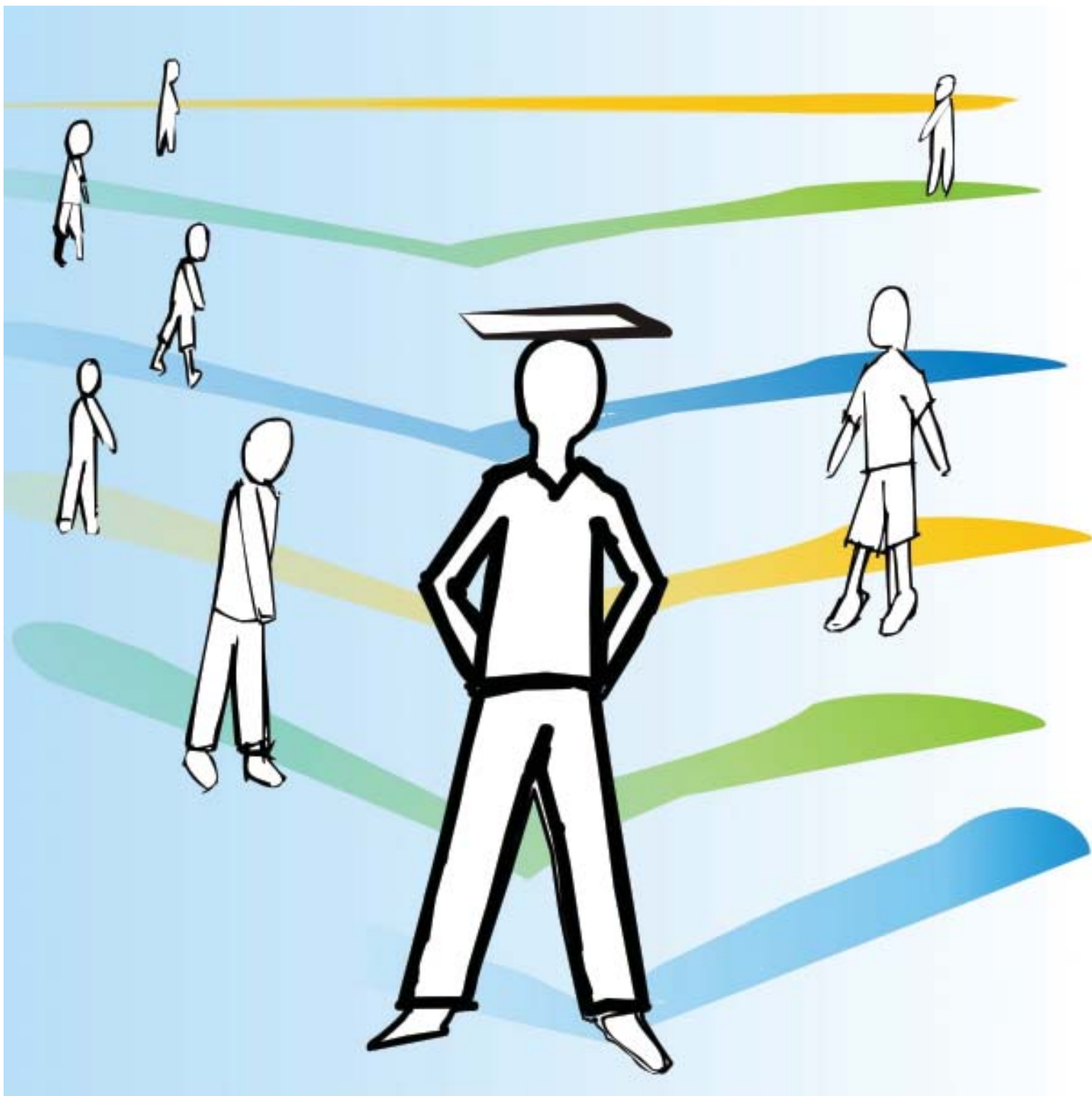
de jovens e adultos deverão assinar o termo de adesão, que, dentre outros aspectos, trará o compromisso das escolas em dar continuidade à educação dos alfabetizados, através da oferta de vagas no ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Cada escola vai receber da União apoio financeiro para dar bolsa mensal de R\$ 200 para os professores da alfabetização, R\$ 300 para coordenadores de turmas, R\$ 230 para professores que vão trabalhar com portadores de necessidades especiais e R\$ 200 para tradutores de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais); custear a formação dos alfabetizadores e coordenadores de turma; transportar os alfabetizando; adquirir alimentos para a refeição dos alunos; comprar material escolar e pedagógico; e oferecer assistência técnica.

Para a professora Carmem Sylvia, a reformulação do Programa Brasil Alfabetizado é importante. “Segundo o Inep, 5,5% dos brasileiros entre 25 e 34 anos não possuem qualquer grau de instrução e, de acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), 42,8% da população economicamente ativa começou a trabalhar entre os 10 e 14 anos, ou seja, antes da idade legal. Por isso, são necessárias ações educativas direcionadas para esse segmento da população, que é formado por analfabetos absolutos ou funcionais. O PDE parece procurar enfrentar esse problema. Uma das principais medidas do Plano é envolver, cada vez mais, o setor público na alfabetização, o que vai fortalecer a rede pública de ensino. Em programas anteriores, que não baixaram significativamente o índice de analfabetismo, 70% dos parceiros eram ONGs ou empresas como, por exemplo, o Sesi”, afirma.

Já Celso Ferretti defende que é preciso analisar essa ação do PDE sob diferentes aspectos. “De um lado, a proposta representa a possibilidade de retorno à escola de um contingente acentuado de jovens que, por razões diversas, não frequentaram ou abandonaram a sala de aula. Por outro, o programa revela-se uma ação de caráter focalizado, pois, apesar do aumento de recursos para a alfabetização, é necessário um investimento substancial na educação regular. Do contrário, haverá a manutenção do círculo vicioso pelo qual se produz, cotidianamente, o rol dos que necessitam receber tratamento diferenciado”, diz.

Educação básica e profissional integradas: mudança na LDB

Além de ter medidas específicas para a educação básica, a educação profissional e a educação de jovens e adultos, o PDE propõe a integração do ensino, que será feita à distância ou não. Para que isso



se torne uma realidade no Brasil, o PDE inclui um Projeto de Lei (PL) que propõe a alteração de dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Segundo o PL, a educação de jovens e adultos deve se articular com a educação profissional, que por sua vez precisa ser integrada à educação básica. “O projeto já está tramitando no Congresso Nacional. Queremos assegurar na LDB o Decreto nº 5154, que recoloca o ensino técnico de nível médio na modalidade integrada, e o decreto que institui o Proeja. Os

dois projetos são avanços importantes para a sociedade brasileira. Não dá para eles ficarem à mercê de decretos que podem ser revogados de uma hora para a outra”, defende Jaqueline.

Para Carmem Sylvia, de fato a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação só pode ser viabilizada de forma integrada a partir de uma revisão na legislação. “A atual LDB precisa ser modificada em alguns aspectos essenciais para que a integração possa acontecer em consonância com os pressupostos democráticos, que devem orientar o desenvolvimento do país no campo educacional. Apesar

de conter alguns avanços arduamente conquistados pelos movimentos sociais, a LDB não contempla aspectos essenciais da organização do ensino. A Lei não trata, por exemplo, de um sistema nacional de educação integrado. É importante enfatizar a necessidade de a educação profissional estar integrada à educação básica por meio do reconhecimento e da certificação dos conhecimentos nela construídos”, explica.

A entrevista completa com os pesquisadores Celso Ferretti e Carmem Sylvia Moraes pode ser lida no site da RET-SUS (www.retsus.epsjefiocruz.br). ■

Efetivação do Direito Humano à saúde no século XXI é tema do primeiro eixo da 13ª Conferência

ETSUS podem levar ao debate questões da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

A sociedade já está se preparando para a 13ª Conferência Nacional de Saúde, que será realizada em Brasília, de 14 a 18 de novembro, e vai debater o tema 'Saúde e qualidade de vida: política de Estado e desenvolvimento'. As conferências municipais terminam no dia 5 de agosto e as estaduais vão de 15 de agosto a 15 de outubro. Nesses encontros, sociedade, gestores e trabalhadores do SUS se reúnem para pautar o que será discutido no debate nacional. Mas é preciso conhecer bem os três eixos norteadores da discussão, já que, diferentemente da 12ª CNS, que teve dez eixos, esta Conferência tem apenas três, o que amplia as possibilidades de discussão. Por isso, a Revista RET-SUS inaugura nesta edição uma série sobre os eixos.

O primeiro deles, 'Desafios para a efetivação do direito humano à saúde no século XXI: Estado, sociedade e padrões de desenvolvimento' tratará, dentre outros assuntos, da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e poderá contar com a participação das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) que, para abordar o tema em novembro, precisam levá-lo para a discussão nas etapas municipais e estaduais. "O debate sobre o trabalho e a educação é absolutamente crucial para a retomada do projeto da Reforma Sanitária Brasileira. As ETSUS cumprem um papel extremamente relevante para a organização do sistema de saúde e poderão apresentar proposições e teses para serem apreciadas e deliberadas durante as etapas municipais e estaduais", explica Ligia Bahia, representante do Centro Brasileiro dos Estudos de Saúde (Cebes) no Conselho Nacional de Saúde.

Segundo Ligia, nesse eixo, serão discutidas as principais mudanças ocorridas no SUS. "Ao longo de quase 30 anos,

entre o início do processo de formulação da Reforma Sanitária e os dias atuais, houve mudanças substanciais no Brasil e no sistema de saúde. A mais importante delas foi a democratização do país e suas conseqüências para a retomada dos princípios republicanos. Conquistamos uma democracia eleitoral bastante estável e demos um passo gigantesco com a formalização do conceito ampliado de saúde, do direito universal ao SUS, mas não conseguimos transformar os direitos de cidadania enunciados pela Constituição de 1988 em direitos efetivos", diz. E completa: "Há um descompasso entre o direito formal à saúde e a realidade, pautada pela preservação da lógica curativa e fragmentadora do cuidado, por restrições de acesso e por problemas de qualidade e humanização da rede de atenção à saúde. A desmontagem na prática do sistema de seguridade social e o conseqüente subfinanciamento da saúde ao longo do tempo destruiu a capacidade do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde de elaborar e executar iniciativas para reunir os determinantes sociais", afirma.

Para a pesquisadora, as especificidades do século XXI, de que trata o título do primeiro eixo, acentuam tendências do passado. "Temos o aumento da expectativa de vida e do custo unitário das atividades de saúde e suas repercussões sobre as políticas fiscais. Mas também temos novos desafios para o desenho das políticas públicas, como a discriminação racial, a orientação sexual, e os novos modos de inserção no mundo do trabalho, que mostram a premência de compatibilizar no SUS as denominadas 'políticas das individualidades' com as políticas universais", defende.

A discussão sobre a saúde como um direito e os padrões de desenvolvi-

mento, também incluída no tema do primeiro eixo é, segundo Ligia, um dos assuntos centrais da 13ª Conferência. "O Conselho Nacional de Saúde considera que é preciso enfrentar o debate e estimular a elaboração de diretrizes para articular o modelo de desenvolvimento com o direito à saúde. Queremos participar do debate sobre concepções e efeitos das políticas macroeconômicas, inclusive questionando a lógica de retirada de recursos financeiros das áreas sociais para manter o superávit primário e a internacionalização da economia e suas conseqüências negativas sobre as políticas de segurança, educação, emprego, cultura, meio-ambiente, transporte, agricultura e, conseqüentemente, sobre os determinantes sociais da saúde. O padrão de concentração de renda está ligado às iniquidades das condições de vida e aos índices de saúde, que sequer estão de acordo com a posição econômica que o Brasil ocupa no cenário mundial", explica.

Ainda no primeiro eixo, haverá a discussão sobre a implementação de um novo modelo de atenção à saúde. "A expectativa é que possamos avançar no sentido de implementação do SUS constitucional e incluir a saúde como prioridade nas agendas governamentais. É preciso tratá-la como um direito de cidadania e seguridade social e não como um mero acesso racionalizado a determinados serviços da rede pública de saúde. É necessário reverter as concepções que estão impregnadas no senso comum sobre o SUS como, por exemplo, o pensamento de que é um sistema para pobres. Precisamos, ainda, expandir a oferta de serviços e garantir a participação social na definição de políticas cujas metas sanitárias estejam vinculadas a um orçamento suficiente para transformar o direito formal em real", defende. ■

ETSUS Tocantins ganha sede própria

Equipe da Escola e autoridades do estado participam da inauguração do novo prédio

Quase um ano após o início das obras, financiadas com recursos do Programa de Expansão Profissional (Proep), a sede própria da Escola Técnica de Saúde do Tocantins, localizada numa área de dez metros quadrados dada pela prefeitura de Palmas, ficou pronta. A inauguração, que aconteceu em 27 de junho, contou com a presença do governador do estado, Marcelo Miranda; do secretário da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, Francisco Campos; da presidente da ETSUS, Iolanda Querido; do secretário de estado da saúde, Eugênio Pacceli; da coordenadora geral de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS), Ena Galvão; além de Maria Angélica Corrêa, gerente geral das 3ª e 4ª regiões do Proep, e Jefferson Girardi, responsável por projetos do Programa. Compareceram ao evento cerca de 300 pessoas, inclusive alunos (atuais e já formados), professores, secretários, prefeitos, senadores, deputados federais e estaduais.

No início da solenidade, funcionários da ETSUS prestaram homenagem à presidente, que recebeu flores. Em seguida, ela, Marcelo Miranda, Francisco Campos e Eugênio Pacceli fizeram, juntos, os procedimentos usuais de descerramento da placa e de corte da fita. Houve, ainda, uma visita a todas as instalações do novo prédio, que conta com uma área de mais de 1.700 metros quadrados e abriga salas de aula e de reunião climatizadas, biblioteca e auditório. A grande novidade são os laboratórios de Enfermagem, Nutrição, Biquímica e Citologia, Odontologia, Esterilização, Farmácia, Informática, e, ainda, uma UTI Pedagógica, equipados pelo Ministério da Saúde, que serão utilizados nos cursos técnicos.

No encerramento da cerimônia, Iolanda agradeceu às parcerias dos governos federal, estadual e municipal. “Esta obra é uma conquista muito grande para toda a população tocantinense, pois dá condições para desenvolvermos um melhor trabalho na formação técnica em nosso estado. Poderemos criar novos cursos técnicos, como os de Enfermagem, Radiologia, Vigilância Sanitária, Saúde do Trabalho e BIODIAGNÓSTICO”, disse. O governador também ressaltou a importância de a Escola ter sido inaugurada nesse momento. “Temos procurado profissionalizar e capacitar os trabalhadores e o nosso desejo é ampliar cada vez mais a formação técnica”. Ena Galvão e os representantes do Proep também foram



Nova fachada da ETSUS

homenageados com a entrega de placas, em agradecimento ao apoio dado à Escola.

ETSUS pioneira

Criada em agosto de 2002 pelo decreto nº 1.564 e em atividade desde junho de 2004, a Escola Técnica do Tocantins foi a primeira da região Norte a iniciar suas atividades, com o curso Técnico de Higiene Dental (THD). Além desse, a instituição oferece atualmente os cursos técnicos de Agente Comunitário de Saúde, de Nutrição e Dietética, além do Proformar (Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde). A ETSUS funciona como autarquia, um modelo de gestão mais autônomo, no qual ela própria é responsável pelo ordenamento de suas despesas e pelo controle institucional interno, financeiro e administrativo. “Essa condição nos possibilita desenvolver cursos e outras atividades com maior autonomia e agilidade”, afirma Iolanda.



Descerramento da placa

Nesses três anos, cerca de quatro mil alunos foram formados, inclusive em cursos descentralizados, que ocorrem desde 2005 nas cidades de Gurupi e Araguaína, atendendo aos 139 municípios do estado. A Escola oferece 85% de suas vagas aos trabalhadores do SUS e 15% a pessoas da comunidade que desejam se profissionalizar na área da saúde.

Além de ter sido a primeira ETSUS nortista a abrir as portas, a Escola do Tocantins inovou em 2006, dessa vez em escala nacional, ao formar, com recursos do próprio estado, todos os 3.204 ACS do Tocantins no segundo módulo do curso técnico. “Quando terminamos o primeiro módulo, os próprios ACS se mobilizaram pedindo a continuação da formação. Como o Ministério da Saúde não pôde prosseguir com o financiamento e já tínhamos o plano de curso completo aprovado, o governador resolveu bancar o segundo módulo”, conta a presidente. Ainda segundo ela, os resultados dessa iniciativa foram muito produtivos e a Escola já busca recursos para concluir o terceiro módulo. “Ouvimos depoimentos dos agentes e da própria comunidade sobre como os ACS mudaram o seu comportamento. Se antes trabalhavam mecanicamente, hoje já entendem porque desempenham suas funções”, diz. Não é à toa, portanto, que as ETSUS do Maranhão, Piauí, Rondônia e Amapá já foram conhecer de perto o funcionamento da Escola tocantinense e buscar subsídios para a realização do curso do ACS em suas filiais. “Temos orgulho em dizer que a ETSUS Tocantins é considerada pelo Ministério da Saúde como modelo para outras Escolas do país”, comemora Iolanda. ■

ETSUS São Paulo comemora quinto aniversário

Festa contou com a participação de professores e alunos da Escola

No dia 19 de junho, a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde de São Paulo completou cinco anos de existência. A comemoração, porém, aconteceu na sede da Escola com um dia de antecedência, data em que os coordenadores das unidades regionais da ETSUS se reuniram para um encontro ordinário. Além deles, estiveram presentes professores; alunos da capacitação de conselheiros gestores, em andamento; a diretora da Escola, Suely Miashyro; e representantes do Cefor (Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Saúde), do município de São Paulo, formando um público de cerca de cem pessoas.

Na celebração, com direito a bolo e 'parabéns', Suely agradeceu a todos que ajudaram na construção da Escola e no desenvolvimento de suas atividades e destacou a importância do papel da instituição na formação de trabalhadores de nível técnico e na capacitação de profissionais universitários para o exercício da docência. Lembrou, ainda, que a Escola deve continuar na busca por sua consolidação, através de melhorias na estrutura das unidades regionais e da ampliação dos cursos oferecidos. "Nesse período, nós avançamos muito na infra-estrutura e na montagem da equipe. Mas ainda é preciso empenho para investir no espaço físico e em equipamentos, para termos uma base mais sólida e a certeza da permanência", disse.

Luta e trajetória

A Escola Técnica do Sistema Único de Saúde foi criada em junho de 2002, mas só recebeu autorização de funcionamento no ano seguinte. Antes disso, desde 1990, funcionava como Núcleo de Formação do Cefor. Nessa época, eram oferecidos os cursos de auxiliar de enfermagem e de consultório dentário (ACD), técnico em higiene dental (THD) e em farmácia. "Os cursos atendiam às demandas do Projeto Larga Escala, responsável pela formação de nível médio e elementar, e já seguiam os princípios com os quais trabalhamos hoje, como a metodologia da problematização e a prática de revisão do trabalho. Mas a



Equipe comemora cinco anos da ETSUS São Paulo

certificação não era feita pelo Cefor, e sim por uma escola municipal de ensino médio", explica Suely Miashyro.

A atual diretora, que trabalhou no Cefor de 90 a 93, voltou em 96 e assumiu a coordenação do Núcleo de Formação em 2001, conta que a luta para viabilizar a construção da Escola Técnica começou em 2000 e foi um processo árduo. "Enfrentamos dificuldades, pois, além de não termos experiência com o trâmite administrativo, o projeto teve que passar por várias secretarias, muitas das quais não conheciam nossas propostas", afirma.

Atualmente, a ETSUS continua dentro do Cefor – que, por sua vez, está subordinado à Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde –, mas possui autonomia para certificar os cursos que ela oferece em nove unidades, distribuídas nas cinco macrorregiões do município de São Paulo. Segundo Suely, na própria sede da Escola só acontecem capacitações para docentes e gestores conselheiros, isto quando não há dificuldade de deslocamento dos profissionais. "Além de a nossa infra-estrutura ser bem enxuta, preferimos que os cursos ocorram próximos ao local de trabalho dos alunos, com a participação do gestor local. Hoje o Cefor contribui com apoio logístico e administrativo, disponibiliza sua biblioteca, e também oferece cursos de desenvolvimento e atualização, de menor duração", diz.

Em 2003, quando começou efetivamente a funcionar, a Escola refez seus planos de cursos e passou a oferecer, além daqueles da época em que era Núcleo de Formação, os técnicos em Enfermagem, Análises Clínicas e Imobilizações Ortopédicas, além da especialização para auxiliares de enfermagem em Saúde Pública e da capacitação dos conselheiros gestores das unidades de saúde. No ano passado, a ETSUS obteve aprovação do projeto do curso técnico do agente comunitário de saúde (ACS) e já formou 650 alunos, em 24 turmas, no primeiro módulo. "Todos os nossos cursos seguem os seguintes princípios básicos: metodologia problematizadora, descentralização, currículo integrado e trabalho como princípio educativo (trazer para a sala de aula as questões do trabalho para que sejam debatidas e refletidas)", explica Suely.

Nesses cinco anos, passaram pelos cursos da instituição 3.359 alunos e pelas capacitações, 1.400 profissionais. Hoje, estão em sala de aula 30 ACDs, 245 ACS e 60 técnicos em Farmácia. Segundo informações da Escola, no segundo semestre devem começar turmas da Complementação para o Técnico em Higiene Dental (THD), visando atender aos sete mil ACDs do estado ainda sem essa qualificação. Também está previsto o início de novas turmas do curso de ACS nas regiões norte, sul, sudeste e centro-oeste do município de São Paulo. ■

ESP-MG promove seminário sobre ética no serviço

Entre os dias 15 e 17 de junho, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) realizou, em parceria com a Coordenação Estadual de Urgência e Emergência da Secretaria Estadual de Saúde (SES/MG), a Gerência Regional de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina, o ‘Seminário Ética no Serviço de Urgência e Emergência’. Compareceram ao evento representantes do Conselho Municipal de Saúde de Diamantina, secretários municipais de saúde da Macrorregião Jequitinhonha, representantes do Consórcio Intermunicipal do Alto Jequitinhonha e profissionais da área da saúde. Das cerca de 250 pessoas presentes, 120 eram alunos do curso de Urgência e Emergência em andamento nas cidades de Diamantina e Uberaba. Segundo a ETSUS, a idéia de organizar o seminário surgiu ao longo do curso, quando os alunos sentiram necessidade de debater melhor questões relacionadas à ética no serviço.

O curso de Urgência e Emergência é voltado para profissionais de todos os níveis de complexidade da rede assistencial de saúde: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, motoristas e telefonistas. O gerente da coordenação de educação continuada da ESP-MG, Humberto Verona, diz que o curso leva em conta as diversidades regionais. “Em Diamantina, por exemplo, como o posto de saúde fica longe da área rural, tivemos que priorizar o atendimento em rede”, explica. As aulas têm duração ampliada de 160 horas. “Nós estamos falando de coisas que acontecem no dia-a-dia das pessoas que trabalham no serviço. Assim, a ESP-MG cumpre o seu papel na sociedade, consolidando o SUS”, diz o diretor da Escola, Rubensmidt Riani.

A preocupação com a insuficiência dos recursos financeiros aplicados à saúde e a necessidade de cobrar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, que determina a aplicação de 12% do orçamento dos estados em saúde, foram questões bastante debatidas no seminário. Na sua abertura,

José de Anchieta, professor de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentou a origem e o conceito de ética, relacionando-os com as práticas dos profissionais da área de saúde, em especial de Urgência e Emergência.

No segundo dia, o advogado Márcilio de Araújo defendeu o direito constitucional à saúde e lembrou que, para a consolidação do SUS, é fundamental haver maior participação dos cidadãos, por meio do encaminhamento de denúncias ao Ministério Público. Em seguida, Geraldo Lopes, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas discorreu sobre os marcos históricos da construção do SUS e ressaltou a importância de ações de controle social nas políticas públicas de saúde. Na mesa-redonda ‘A Interdisciplinaridade e os Limites das Profissões de Saúde na Construção do SUS’, foi ressaltada a importância de diferentes olhares para um atendimento mais eficiente. Por fim, Josely Pontes, promotora de Justiça, reforçou a defesa dos direitos à saúde e convocou os presentes a “não perderem a capacidade de indignação”. “É fundamental incentivar o compromisso ético com exemplos de profissionais e usuários que venceram as adversidades com dignidade. Eu sou otimista e tenho a expectativa de que as ações pequenas, diárias, que parecem insignificantes, farão a política pública efetivamente”, disse.

No último dia, Welfani Cordeiro Júnior, coordenador estadual das Políticas de Urgência e Emergência, apresentou uma proposta de organização da Urgência e Emergência na Macrorregião Jequitinhonha, que englobaria a construção de redes temáticas, linhas-guias e protocolos para avaliação e classificação de riscos. “O seminário reforçou a necessidade do controle social e da participação das pessoas da comunidade, e possibilitou uma discussão a respeito da ética para a vida”, avalia Manoela Gonçalves, coordenadora da capacitação em Urgência e Emergência da Escola.

ESP-CE capacita docentes do curso de THD



Oficina na cidade de Quixadá

Entre os dias 5 e 22 de junho, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) realizou oficinas técnico-pedagógicas intituladas ‘Compreendendo a arte de ensinar’ para 52 docentes do curso Técnico de Higiene Dental (THD), em andamento nos pólos de Crato, Quixadá e Sobral – atendendo a 688 alunos de 34 municípios – desde julho do ano passado e com previsão de término para dezembro de 2007.

Segundo Ívina Lima, integrante da equipe de planejamento e execução das oficinas, o objetivo da iniciativa foi melhorar a qualidade de ensino da instituição e ouvir dos facilitadores e orientadores do curso as dificuldades encontradas na implementação do processo de aprendizagem. “A maior queixa foi em relação à contrapartida do município: eles reclamaram da insuficiência de apoio logístico, da dificuldade de deslocamento do aluno à sede do curso e da falta de auxílio de alimentação. Por outro lado, as novas técnicas pedagógicas trabalhadas na oficina foram o ponto mais elogiado pelos participantes”, conta. Nos encontros, foram realizadas dinâmicas, discussões em pequenos grupos, estudo de caso, exposição dialogada, seguindo metodologia baseada na pedagogia de Paulo Freire, na qual o aluno é considerado o centro do processo de aprendizagem. “Esse método permite que o aluno direcione o seu próprio aprendizado, buscando informações para aperfeiçoar o conhecimento pré-existente”, explica.

ESP-CE inicia segundo módulo do curso de ACS



ACS de Caucaia participam de atividades teórico-práticas em sala de aula

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) começou, no dia 28 de maio, o segundo módulo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (ACS) em 70 municípios do estado, seguindo o exemplo da ETSUS Tocantins, que já terminou o segundo módulo em todo o estado. Com o tema 'Promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário', esse segundo módulo atenderá a 3.170 ACS do total de 10.191 profissionais, de 183 municípios, que assistiram à primeira etapa do curso oferecida pela ETSUS entre 2005 e 2007.

Kilvia Albuquerque, coordenadora do curso, diz que as aulas acontecerão, durante três meses, nos municípios

considerados como de alto risco de transmissão de dengue pelo Núcleo de Vigilância Epidemiológica da Secretaria da Saúde do Estado (SESA). “Essa etapa vai priorizar temas relacionados à prevenção e ao combate à dengue, como cuidados com a água e o lixo”, explica. A coordenadora também conta que esse módulo, de 320 horas, corresponde, segundo os padrões do Ministério da Saúde, à terceira etapa formativa do curso. “Decidimos inverter a ordem devido aos poucos recursos que restaram do primeiro módulo e à necessidade de conter a epidemia de dengue no estado”, afirma.

As aulas serão dadas por 120 docentes e instrutores regionais, que, além da capacitação pedagógica, fizeram a especialização ‘Educação Comunitária em Saúde’, de 735 horas, entre junho de 2006 e agosto deste ano. Nesse período, foram discutidos a metodologia da problematização e o sistema de avaliação dos alunos, que deve ser contínuo e processual: eles são acompanhados durante o curso, têm suas atividades teórico-práticas avaliadas e as publicações reunidas em portfólios ao final de cada módulo, de forma que eles próprios analisem seu desenvolvimento profissional.

Unimontes oferece curso de THD

A Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes (MG) deu início, em maio, ao curso Técnico em Higiene Dental (THD), que atende a 560 alunos em 78 municípios de 14 cidades do norte do estado. O grupo de docentes é formado por cirurgiões-dentistas, enfermeiros, sociólogos, psicólogos e advogados, todos trabalhadores dos próprios núcleos nos quais acontece o curso.

As aulas, com duração de 18 meses, foram divididas em três módulos, que, juntos, completarão 1.200 horas teórico-práticas e 200 de estágio super-

visionado. Cada módulo abordará temas diferentes: o primeiro, noções de anatomia e fisiologia gerais e dentais, educação e promoção em saúde, organização do SUS, introdução ao Programa Saúde da Família (PSF), materiais, equipamentos e instrumental, sociologia do trabalho, ergonomia e biossegurança; o segundo, técnicas auxiliares em odontologia, anatomia dental II, materiais, equipamentos e instrumental II, e sistemas de informações em saúde (SIAB); o terceiro, a estratégia de saúde da família.

CETAS pesquisa atuação dos ACS

Nos dias 15 e 17 de maio, a equipe pedagógica do Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde (CETAS/RO) realizou, em duas unidades básicas de saúde do Programa de Saúde da Família (PSF) de Porto Velho – José Adelino da Silva e Ernandes Índio –, uma pesquisa com gestores, um docente e agentes comunitários de saúde que concluíram no ano passado a primeira etapa do curso técnico. O objetivo da iniciativa foi comparar o desempenho das atividades desses profissionais antes e após receberem as aulas na ETSUS, que formou 120 alunos na capital, divididos em quatro turmas.

Segundo Nancy Freitas, diretora geral da Escola, a maioria dos entrevistados declarou ter notado melhora significativa da atuação dos ACS depois da formação, principalmente no que diz respeito à conscientização de suas funções e ao aprimoramento das ações diárias. “Antes de participar do CETAS, eu ia para a unidade, fazia minhas visitas domiciliares, participava dos grupos (gestantes, idosos) simplesmente porque tinha prestado concurso e assinado contrato. Após o curso, a visão que tinha sobre o meu trabalho mudou. Vejo os problemas da minha micro-área com outros olhos. Sinto uma responsabilidade maior, que antes não sentia”, contou um dos agentes.

O docente do curso que respondeu às questões ressaltou ainda a importância de a Escola procurar fazer sempre a ligação entre o conteúdo ensinado em sala de aula e a sua aplicabilidade no cotidiano dos trabalhadores. “A experiência de dispersão é extremamente vantajosa e deve ser usada como estratégia de atuação, visto que proporciona o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores, acreditando na capacidade de transformação do sujeito e contribuindo para o fortalecimento da sua autonomia e de suas competências”, disse.

ESP-MG organiza seminário sobre Saúde Bucal

No dia 23 de maio, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), em parceria com a Coordenação Nacional de Saúde Bucal e o Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais (Somge), promoveu o seminário 'A Saúde Bucal no Pacto de Gestão e a Qualificação da Política Nacional de Saúde Bucal'. Estiveram presentes no evento cerca de cem pessoas, dentre elas Sandra Miramar, coordenadora do Centro de Educação Profissional da Escola; Francisco de Campos, representante do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde (Cosems/MG); Felipe Riani, assessor técnico da Coordenação Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde; Sônia Gesteira, gerente de assistência da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; além de representantes do Conselho Regional de Odontologia (CRO-MG), da Associação Brasileira de Odontologia de Minas Gerais (ABO-MG), do Conselho Estadual de Saúde (CES-MG), e coordenadores de faculdades de Odontologia e de gerências regionais de saúde (GRS-MG).

Segundo a ETSUS, o encontro foi organizado para estimular a reflexão sobre as mudanças que o Pacto de Gestão poderá trazer à Atenção em Saúde Bucal e a discussão em torno da Qualificação da Política Nacional de Saúde Bucal. "A qualificação em Saúde Bucal é o grande desafio para esta gestão. Já há algumas iniciativas, como o incentivo para a maior inserção das equipes de Saúde Bucal nas equipes da Saúde da Família e a criação de Centros de Especialidades Odontológicas. O nosso foco é a qualificação dos gestores e dos profissionais que atuam nos serviços", disse Felipe Riani.

Na ocasião, justamente com a proposta de debate interinstitucional, foi criada a 'Comissão de Discussão dos

Indicadores de Saúde Bucal no Pacto de Gestão', composta por representantes da ESP-MG, do Somge, do CRO-MG, da ABO-MG, de universidades de Minas, da Coordenação Estadual de Saúde Bucal de Minas Gerais, da Coordenação Municipal de Saúde Bucal de Belo Horizonte, do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais e do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

Os participantes do seminário discutiram as falhas que ocorrem hoje nos métodos de avaliação da Saúde Bucal. Segundo eles, o indicador mais conceituado, chamado 'Cobertura de Primeira Consulta Odontológica Programática', não revela a real situação do atendimento odontológico, pois não mostra se houve continuidade do tratamento após a primeira consulta, além de haver problemas de consistência no preenchimento do banco de dados. Em seguida, foi analisada a possibilidade da organização de uma oficina nacional, para realizar os possíveis ajustes nos indicadores e, se necessário, criar novos, e, ainda, levantar junto aos pequenos, médios e grandes municípios as dificuldades enfrentadas para cumprir as metas do Pacto de Gestão.

Outro ponto preocupante apontado pelo grupo é o fato de a Saúde Bucal estar inserida no Pacto de Gestão como parte da Promoção de Saúde e da Atenção Básica e não ser tratada como assunto prioritário, como esperavam os profissionais. "O Brasil apresenta índices preocupantes de doenças bucais, restrições no acesso da população à assistência odontológica e distribuição desigual de profissionais pelo território brasileiro. Uma das maneiras encontradas para abordar este problema foi a inserção da Saúde Bucal no Programa da Saúde da Família", diz Sandra Miramar.

ETSUS Tocantins capacita Agentes de Endemias

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins ofereceu, entre os dias 28 de maio e primeiro de junho, em parceria com a Superintendência de Vigilância e Proteção à Saúde e a Diretoria de Vigilância Epidemiológica, da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), uma capacitação de 80 horas, divididas em dois módulos de 40 cada, para 40 servidores que atuam como Agentes de Endemias em Palmas.

As aulas foram dadas por técnicos da Diretoria de Vigilância Epidemiológica da SESAU que já haviam participado de uma oficina pedagógica oferecida pela ETSUS entre 2 e 4 de maio. Segundo a Escola, o curso, que segue a metodologia da problematização, será posteriormente ofertado nos municípios de Gurupi e Araguaína.

ETESPPE no Abrasquinho

A Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco (ETESPPE) teve três trabalhos aprovados para exposição no Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde, da Abrasco. Apresentado oralmente, sob a forma de comunicação coordenada, 'A formação profissional em saúde – relato de uma experiência da ETESPPE', cuja autora é Ângela Maria Salvi e as co-autoras, Maria de Fátima Trigueiro, Neuza Maria Magalhães e Bernadete de Carvalho, descreve como acontecem a descentralização dos cursos da Escola em todos os municípios do estado, a supervisão e a avaliação dos alunos, ressaltando a importância da integração entre ensino e serviço – com as unidades de saúde funcionando como espaços de aprendizagem –, da adoção da metodologia da problematização e do currículo integrado. Os outros dois trabalhos – 'Curso de terapia intensiva para auxiliares e técnicos de enfermagem: relato de uma experiência', de Maria de Fátima da Cunha, e 'A formação do ACS em Pernambuco: estratégia de reorganização e fortalecimento das ações de promoção da saúde e prevenção das doenças na atenção básica', de Áurea Vasconcelos – foram exibidos em forma de pôster.

ETSUS Blumenau avalia curso de ACS

A Escola Técnica de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau divulgou pesquisa com professores, supervisores e alunos que participaram do primeiro módulo do curso técnico de Agente Comunitário de Saúde, concluído no final de 2006, atendendo aos 14 municípios da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI). Estiveram envolvidos na formação inicial dos 790 ACS dois coordenadores pedagógicos, três coordenadores técnicos, 26 docentes da parte teórica e 112 que atuaram como supervisores.

As aulas foram divididas em 120 horas de concentração, que aconteceram em 11 municípios, e em 280 de dispersão, quando os alunos foram acompanhados nas unidades de saúde do Programa de Saúde da Família (PSF) ou do Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS), por profissionais qualificados pela ETSUS. O curso segue a proposta de integração entre ensino e serviço e a metodologia da problematização.

A primeira etapa de avaliação do curso realizada pela Escola foi acerca da capacitação técnico-pedagógica dos docentes e supervisores, ocorrida em dois módulos de 44 horas, um antes do início das aulas e outro no seu decorrer. Inicialmente, foi organizada uma dinâmica de grupo na qual os participantes deveriam fazer uma reflexão sobre o processo vivenciado e escolher um objeto que o simbolizasse, com a devida justificativa. Foram citados, por exemplo, o caminhão, por significar mudanças no dia-a-dia, e a lupa, que remete à importância de direcionar o olhar ao outro. Em seguida, todos responderam a questões de satisfação em relação a infra-estrutura, material didático, metodologia, aplicada, experiência de ser professor, carga horária e desempenho dos facilitadores. Na maioria dos itens, o índice de aprovação foi superior a 90%, chegando a 96% no que diz respeito à motivação, didática e liderança dos facilitadores da capacitação e a 100% no quesito material didático, considerado diversificado.

Da avaliação do curso propriamente dito, os primeiros a participar foram os gestores dos municípios em que ocorreram as aulas. Todos aprovaram o desenvolvimento do curso na modalidade ensino-ser-

viço e responderam que, após a formação, os ACS se tornaram trabalhadores mais qualificados e com maior segurança para desenvolver suas funções, e 90% os consideram mais acolhedores e atenciosos com os pacientes. “Eles entendem mais sua função e passam a dar mais atenção às problemáticas da comunidade”, respondeu um dos gestores. Uma sugestão apresentada por eles foi a de que os eixos temáticos deveriam ser aprofundados nos momentos presenciais.

Sessenta e oito professores e supervisores confirmaram o resultado da pesquisa, ao ratificar a ideia de que os ACS formados melhoraram seu trabalho em equipe e sua integração com as famílias da comunidade. A divisão do curso em momentos de concentração e dispersão e a carga horária definida para cada um também foram aprovadas com grande porcentagem. “É importante que os ACS associem a teoria com a prática para assimilarem as experiências e os temas abordados”, opina um docente.

Por fim, 608 alunos responderam ao questionário de avaliação do curso. Os professores e o material didático tiveram índice de aprovação de quase 100%, assim como a metodologia aplicada, com destaque para as atividades em grupo desenvolvidas nas aulas, como a confecção de cartazes e maquetes, e as dramatizações e dinâmicas. Noventa por cento dos ACS consideraram a infra-estrutura suficiente e estimulante ao aprendizado.

Segundo Kátia Brasil, uma das coordenadoras técnicas do curso, a pesquisa, que contou com o envolvimento efetivo dos professores e gestores municipais, possibilitou confirmar que os objetivos propostos foram atingidos. “O sucesso se deve ao fato de termos feito um projeto-piloto, com duas turmas em Blumenau, antes de iniciarmos as aulas em todos os municípios”, conta. Em junho, mais cinco turmas do curso começaram para atender a 120 alunos novos de Blumenau, Timbó, Gaspar e Brusque. “Pretendemos divulgar os resultados em todos os municípios, continuar a observar se a transformação do serviço está acontecendo e atualizar o material a partir das sugestões apresentadas”, acrescenta a coordenadora.

ETSUS Amazonas oferece cursos novos

A Escola de Formação Profissional Enfermeira Francisca Saavedra (AM), em parceria com o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Saúde (SUSAM) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), deu início a dois novos cursos, o de aperfeiçoamento em Saúde Mental e o introdutório em Saúde da Família.

O primeiro, iniciado no dia 28 de maio e com final previsto para 27 de julho, visa atender a 32 servidores da equipe multiprofissional da área de saúde mental das unidades descentralizadas da Secretaria de Saúde. As aulas, dadas por psiquiatras e psicólogos, terão duração de 180 horas. Já o segundo, de 40 horas, aconteceu no mês de julho, nos municípios de Itacoatiara, Tabatinga, Eirunepé, Lábrea e São Gabriel da Cachoeira. Há cinco turmas de 30 alunos cada, todos da equipe do Programa de Saúde da Família – agentes comunitários de saúde, enfermeiros e médicos.

Além disso, também começaram na Escola, no dia 28 de maio, cursos que já costumam ser oferecidos, cada um com 50 alunos: o Técnico de Radiologia, Técnico de Higiene Dental (THD), Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico de Laboratório de Prótese Dentária (TLPD), Auxiliar de Consultório Dentário (ACD), Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e Complementação de ACD para THD. Desde o dia 21 do mesmo mês, 720 alunos, servidores da Secretaria Estadual de Saúde e pessoas da comunidade, divididos em 22 turmas, vêm assistindo, nos cinco laboratórios de informática da ETSUS, ao curso de Informática Básica em Linux, com duração de cem horas.

Erramos

Correção da nota ‘Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde se reúne em Cuba’: a EPSJV é Secretaria Executiva da Rede Internacional e um centro colaborador da Organização Mundial de Saúde (OMS) e não da Opas, como informado na edição passada.